



## A Interpretação de Putnam das palestras sobre Crença Religiosa de Wittgenstein

---

Alison Vander MANDELI<sup>1</sup>

### Resumo

Neste texto, discutiremos a proposta interpretativa de Putnam das *Palestras sobre crença religiosa* (*Palestras*) de Wittgenstein. Em dois artigos de 1992, Putnam discute esse complexo texto do *corpus wittgensteiniano*. As *Palestras* são apenas anotações de alunos, recolhidas e publicadas por Cyril Barret em 1966. São difíceis de ser compreendidas dado que o texto é fragmentado, incompleto, algumas vezes até não gramatical. Em certas passagens não fica claro se a ideia transmitida é de Wittgenstein ou de algum dos interlocutores. Por estar em um período transicional, no qual as ideias maduras de Wittgenstein estão ainda em desenvolvimento, as *Palestras* são de extrema importância para os interessados em uma interpretação mais precisa da obra wittgensteiniana. Obviamente, além da importância exegética e histórica, o texto pode ser estudado devido ao tema: crença e linguagem religiosa. Aqueles que se ocupam com filosofia da religião, se querem compreender as visões de Wittgenstein sobre o tema, precisam necessariamente passar pelas *Palestras*, pois é o texto onde o assunto é tratado de forma mais direta e com certa continuidade. Dividiremos o texto em dois momentos: primeiramente discutiremos algumas das ideias contidas nas *Palestras*, principalmente a concepção de que, apesar das aparências, crentes e não-crentes religiosos não estariam contradizendo um ao outro. No segundo momento, apresentaremos e discutiremos a forma pela qual Putnam refuta duas interpretações *prima facie* plausíveis das *Palestras*: uma interpretação via *incomensurabilidade* entre o discurso religioso e não religioso e uma interpretação *emotivista* da linguagem religiosa. A exegese de Putnam é negativa, no sentido de nos mostrar como não compreender a linguagem religiosa através de lentes wittgensteinianas.

**Palavras Chave:** Linguagem religiosa, Incomensurabilidade, Emotivismo.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Lógica e Epistemologia pela UFSC.

## Putnam's Interpretation of Wittgenstein's Lectures on Religious Belief

### Abstract

In this text, we will discuss Putnam's interpretative proposal of Wittgenstein's *Lectures on Religious Belief*. In two papers published in 1992, Putnam discusses this complex text from the *wittgensteinian corpus*. The *Lectures* are just notes written by students, collected and published by Cyril Barret in 1966. They are difficult to be understood given that the text is fragmented, incomplete, and sometimes even ungrammatical. At certain points it is unclear if the idea conveyed is Wittgenstein's or some of his interlocutors'. Because they are in a transitional period, in which Wittgenstein's mature ideas are still in development, the *Lectures* are of extreme importance for those who are interested in a more precise interpretation of the wittgensteinian work. Obviously, besides the exegetical and historical importance, the text may be studied due to its theme: belief and religious language. Those who deal with philosophy of religion and want to comprehend Wittgenstein's conceptions on this subject must necessarily pass through the *Lectures*, because this is the text in which this subject is treated in a more direct manner and with certain continuity. We will divide the text into two moments: first we will discuss some of the ideas contained in the *Lectures*, especially the conception that, despite the appearances, believers and non-believers wouldn't be in contradiction with one another. Secondly we will present and discuss the way by which Putnam refutes two interpretations *prima facie* plausible of the *Lectures*: an interpretation via the *incommensurability* between the religious and non-religious discourses and an *emotivist* interpretation of the religious language. Putnam's exegesis is negative, in the sense of showing us how not to understand a religious language through wittgensteinian lenses.

**Key-words:** Religious Language, Incommensurability, Emotivism.

## 1 Considerações iniciais

No verão de 1938, em Cambridge, Wittgenstein apresentou uma série de três conferências sobre crença religiosa. Não temos o texto completo de tais palestras, mas as anotações de três estudantes que estavam presentes foram compiladas e publicadas com o título *Palestras sobre crença religiosa* (Lectures on Religious Belief). As *Palestras sobre crença religiosa* (a partir de agora *Palestras*) estão inclusas no volume *Lectures & Conversations on Aesthetics, Psychology and Religious Belief*, editado por Cyril Barrett em 1966.

É duvidoso se Wittgenstein aprovaria a publicação destas vinte páginas de anotações, ao menos da maneira como o texto se apresenta. As *Palestras* são difíceis de ser compreendidas. O texto é fragmentado, incompleto, algumas vezes até não gramatical. Em certas passagens não fica claro se a ideia transmitida é de Wittgenstein ou de algum dos estudantes presentes. Mas, mesmo com tais problemas, essas notas são valiosas. Como diz Putnam (cf. 1992a, p.142) traços importantes da filosofia wittgensteiniana podem ser percebidos quando prestamos atenção nas réplicas dadas por Wittgenstein às objeções e sugestões apresentadas pelos seus interlocutores. Por estar em um período transicional, no qual as ideias maduras de Wittgenstein estão ainda em desenvolvimento, as *Palestras* são de extrema importância para os interessados em uma compreensão mais precisa do *corpus* wittgensteiniano. Obviamente, além da importância exegética e histórica, o texto pode ser estudado considerando a sua temática: crença religiosa e linguagem religiosa. Aqueles que se ocupam com filosofia da religião, caso queiram compreender o ponto de vista de Wittgenstein sobre o tema, precisam necessariamente passar pelas *Palestras*, pois mesmo com todos os problemas apontados, é o texto onde o assunto é tratado de forma mais direta e com certa continuidade.

De qualquer forma, como dito acima, as *Palestras* colocam um problema interpretativo. Muitos dos temas tratados são obscuros e passíveis de discordância entre os comentadores. Neste texto, apresentarei e discutirei a proposta interpretativa apresentada por Putnam em dois artigos de 1992, a saber, *Wittgenstein on Reference and Relativism* (1992a) e *Wittgenstein on Religious Belief* (1992b). Divido o texto em dois momentos: primeiramente apresentarei algumas das ideias contidas nas *Palestras*, mais especi-

ficamente, a concepção de que, apesar das aparências, crentes e não-crentes religiosos não estão contradizendo um ao outro. No segundo momento, discutirei a forma pela qual Putnam refuta duas interpretações *prima facie* plausíveis das *Palestras*: uma interpretação via *incomensurabilidade* entre o discurso religioso e não religioso e uma interpretação *emotivista* da linguagem religiosa. A conclusão de Putnam é negativa, no sentido de nos mostrar como não compreender a linguagem religiosa através de lentes wittgensteinianas.

## 2 Um panorama das *Palestras*

Podemos iniciar a apresentação de um panorama das *Palestras* com uma citação ilustrativa de Sam Harris, um dos proponentes do assim chamado *novo-atéismo*:

Você acredita que a bíblia é a palavra de Deus, que Jesus é o filho de Deus e que apenas aqueles que têm fé em Jesus alcançarão a vida após a morte. [...] eu gostaria de reconhecer que há muitos pontos em que concordo com você. Nós concordamos, por exemplo, que se um de nós está certo, o outro está errado. Ou a bíblia é a palavra de Deus ou não é; ou Jesus oferece à humanidade o único verdadeiro caminho para salvação (João 10,6) ou não oferece. [...] Assim, sejamos honestos. Com o decorrer do tempo um dos dois lados vai realmente vencer essa discussão, e o outro lado realmente sairá derrotado. (HARRIS, 2006, p. 22-23)

Assim, trivialmente, controvérsias entre um sujeito religioso e um sujeito não religioso podem ser apresentadas *prima facie* calcadas sobre o princípio lógico do terceiro excluído, segundo o qual a disjunção de qualquer proposição  $p$ , com a sua negação  $\text{não-}p$ , é invariavelmente verdadeira (ou  $p$  ou  $\text{não-}p$ ). Não existe possibilidade de  $p$  e  $\text{não-}p$  serem verdadeiras (ou falsas) ao mesmo tempo; como diz Harris *um dos dois lados vai realmente vencer a discussão*, e podemos dizer que o “lado vencedor”, será aquele que apresentar os melhores argumentos, evidências, etc.

Pois bem, parece trivial que o princípio do terceiro excluído e a apresentação de argumentos e evidências deve estar na base da tentativa de resolução de qualquer desacordo, mas nas *Palestras*, temos a impressão de que Wittgenstein apresenta uma ideia diferente. Segundo ele, as controvérsias religiosas são “*muito diferentes das controvérsias normais*. [Pois] são, de certo modo, *extremamente inconclusivas*” (*Palestras*, p.56). Por que, os desacordos com temas religiosos seriam diferentes? Na tentativa de

compreendermos este ponto é interessante notarmos que um tema recorrente nas *Palestras* diz respeito à insistência de Wittgenstein em mostrar que a relação entre uma pessoa que acredita em um enunciado religioso, e uma pessoa que não acredita em tal enunciado, não é uma relação de contradição. É como se o religioso que diz “existe Deus” e o ateu que diz “não existe Deus” não afirmassem e negassem o mesmo estado de coisas. Duas crenças aparentemente contraditórias, uma situação *prima facie* conflitiva entre crentes e não crentes e uma posição inicialmente estranha sustentada por Wittgenstein: crentes religiosos e não crentes possuem crenças diferentes sobre a ocorrência de estados de coisas, mas não estão disputando opiniões ou contradizendo um ao outro (cf. VASILIOU, 2004, p.31).

Repetidas vezes nas *Palestras*, Wittgenstein utiliza o exemplo da crença (ou descrença) no Juízo Final: “Suponhamos que alguém acredite no Juízo Final e eu não; significa isso acaso que eu acredite no contrário, que não deve existir tal coisa? Eu diria: *de modo algum*” (*Palestras*, p.53). “De modo algum”, ele enfatiza, existiria contradição entre alguém que acredita e alguém que não acredita na doutrina do Juízo Final. Em outra passagem o filósofo diz que não existe nem mesmo esta possibilidade:

Se me perguntarem se creio ou não em um dia do Juízo, no sentido em que creem nele as pessoas religiosas, não diria: “não, não creio que haverá tal coisa” me pareceria completamente incoerente dizer isso. [...] Não posso dizer nada. *Não posso contradizer essa pessoa.* (*Palestras*, p.55. *Grifo nosso*).

Ora, precisamos compreender melhor o que Wittgenstein está dizendo, pois parece, ao contrário do que é exposto nas citações, que existe uma contradição quando alguém crê e alguém não crê no Juízo Final:

1.  $S_1 Cp$  (Sujeito 1 crê que  $p$  é o caso)
2.  $S_2 C\sim p$  (Sujeito 2 crê que  $p$  não é o caso)
3.  $p \vee \sim p$  (Ou  $p$  é o caso ou  $p$  não é o caso)

Em um primeiro momento é fácil concluirmos que não há como as duas proposições serem verdadeiras (ou falsas) ao mesmo tempo;  $p$  e  $\sim p$  seria algo impossível, contraditório. Sendo assim, como devemos entender Wittgenstein? Um experimento mental contido nas *Palestras* pode nos auxiliar. Supõem-se duas pessoas respondendo a questão (i) “Crês no juízo final?” em que uma responde “sim” e a outra responde “não sei, não estou seguro”; e a questão (ii) “Este avião que nos sobrevoa é um avião alemão?” em que as respostas são as mesmas, ou seja, uma responde “sim” e a outra responde “não sei, não estou seguro”. Wittgenstein diz que no caso (ii) onde a questão faz parte de um contexto não religioso, “as pessoas estão muito próximas uma da outra” e no caso (i) onde o contexto é religioso, “existe um abismo entre elas” (cf. *Palestras*, p.53). A tabela abaixo clarifica o esquema:

	Sujeito 1 (S1)	Sujeito 2 (S2)	
Crês no Juízo Final?	Sim	Não sei, não estou seguro.	S1 e S2 separados por um “abismo”
Este avião que nos sobrevoa é um avião alemão?	Sim	Não sei, não estou seguro.	S1 e S2 muito próximos um do outro.

Com a metáfora do abismo, Wittgenstein pode estar propondo uma espécie de incomensurabilidade entre o discurso religioso e o discurso não religioso (cf. MARTIN, 1991, p.372). Assim, de certa forma, nas controvérsias religiosas, crentes e descrentes não estariam se entendendo. Voltaremos a este ponto quando discutirmos a interpretação de Putnam. Por ora, percebamos que, segundo o texto das *Palestras*, quando estão em cena proposições relativas ao discurso empírico/cotidiano é apropriada a utilização de expressões do tipo, “provavelmente sim”, ou “provavelmente não” ou “não estou certo”. No âmbito religioso tais expressões não fariam sentido, pois seria impróprio relacionar probabilidades ao discurso religioso. Obviamente, Wittgenstein não está negando que uma pessoa sentindo-se abalada por alguma experiência considerada por ela como religiosa, possa utilizar a sentença “é provável que exista um Juízo Final”, mas está negando que isso seja a mesma coisa que dizer “é provável que o avião que nos sobrevoa é um avião alemão” (cf. *Palestras*, p.53).

Em outro momento intrigante das *Palestras* Wittgenstein diz o seguinte:



Seja o que for que acreditar em Deus possa ser, não pode ser acreditar em algo que se possa por à prova, ou encontrar meios de por a prova. Vocês poderiam dizer: “Isso é um contra-senso, pois as pessoas dizem que acreditam em provas, ou em experiências religiosas”. Eu diria: “O simples fato de pessoas dizerem que acreditam em provas não me revela o bastante para capacitar-me a dizer se eu posso afirmar, acerca de uma sentença como “Deus existe”, que suas provas são insuficientes ou insatisfatórias.” (*Palestras*, p.60).

No discurso científico e mesmo cotidiano, é comum apresentarmos argumentos ou provas com o intuito de justificarmos uma opinião. Para o Wittgenstein das *Palestras*, na religião isso não seria possível, dado que os critérios de justificação seriam diferentes, além do fato de que a relação do religioso com as provas que fundamentam sua crença é outra: “A questão é que se houvessem provas, elas destruiriam de fato toda a coisa. Nada do que eu chamo normalmente de prova me influenciaria o mínimo que fosse” (*Palestras*, p.56). Ao discutir sobre a questão empírica do sobrevoo do avião, a discordância entre os falantes os deixa, de certa forma, próximos um do outro, pois, por exemplo, sabem qual evidência resolveria o impasse: talvez usar binóculos para visualizar melhor qual bandeira está impressa no avião. No caso de discordâncias sobre temas religiosos, segundo Wittgenstein, o abismo se abre, pois as duas pessoas estão em “planos totalmente diversos” (*Palestras*, p.56), nos quais a relação com as evidências, e os critérios de justificação seriam distintos.

O que vai tornando-se mais claro no decorrer das *Palestras* é que a análise da linguagem religiosa não deve ser unilateral, no sentido de considerar importante apenas o conteúdo proposicional da crença. Segundo Wittgenstein:

Há, por exemplo, tais maneiras inteiramente diversas de pensar, as quais não precisam ser expressas por uma pessoa dizendo uma coisa e outra pessoa dizendo outra coisa. O que chamamos de acreditar em um Dia do Juízo ou não acreditar em um Dia do Juízo a expressão da crença pode desempenhar um papel absolutamente secundário. (*Palestras*, p.55)

Dessa forma, segundo o filósofo, se quisermos compreender a linguagem religiosa, a forma linguística de expressão da crença não deve ser o único foco da análise, mas principalmente a sua utilização: o que é feito com ela, é empregada em quais

circunstâncias, quais consequências são retiradas de seu uso, qual diferença ela faz na vida das pessoas. Ao proceder dessa maneira, percebe-se que evidências favoráveis ou contrárias às crenças religiosas não seriam essenciais, mas sim as consequências práticas geradas pela aceitação ou não aceitação de uma forma de vida religiosa. Wittgenstein afirma que um dos aspectos da crença religiosa é ser um compromisso inabalável que regula toda a vida do crente. Essa *inabalabilidade* ou firmeza não diz respeito à sua garantia evidencial, mas sim, como dito, ao papel que ela ocupa na forma de vida religiosa. Acreditar em um Dia do Juízo, por exemplo, tem o papel de constantemente admoestar e influenciar a conduta do religioso e, segundo Wittgenstein, (cf. *Palestras*, p.56), é enorme a diferença entre aqueles que utilizam a imagem e a deixam em primeiro plano e aqueles que não a utilizam. Cito as *Palestras*:

Mas ele [o crente religioso] possui aquilo a que se poderia chamar uma *crença inabalável*. Esta se revelará não pelo raciocínio ou apelo às bases comuns da crença, mas pelo fato de *regrar-lhe toda a vida*. Este é um fato muito mais persuasivo: Ele renuncia a várias coisas, e apela sempre para essa imagem [picture]. Em certo sentido deve-se chamar-lhe a *mais firme de todas as crenças*, porque por ela o homem arriscará o que não arriscaria por coisas que, para ele, estão muito melhor assentes. (*Palestras*, p.54. *Grifos nossos*).

Como diz Putnam (cf. 1992b, p.145), não faz sentido supormos que a posição de Wittgenstein é de que crenças religiosas legítimas estão sempre isentas de dúvida. Um crente pode manter uma crença “inabalável” mesmo na presença de dúvidas em relação a ela. Putnam apresenta um exemplo: se um engenheiro crê firmemente que X é a maneira correta de construir uma ponte, então ele deve construir a ponte dessa maneira. Se surgirem dúvidas relacionadas à X, tal engenheiro não deve mais guiar sua conduta a partir dessa crença, ao menos até que refaça os cálculos. No caso de crenças religiosas, a dúvida não deve bloquear a ação, mas muitas vezes coexiste com ela. Também neste ponto, crenças religiosas e empíricas seriam diferentes.

Este panorama das *Palestras* é suficiente para nossos propósitos. *Prima facie*, temos a impressão de que, segundo Wittgenstein, crenças religiosas têm maior relação



com imagens que organizam globalmente a vida do crente do que com a verdade ou falsidade do estado de coisas afirmado em sua expressão linguística. Mas o que especificamente significa isso? É possível uma interpretação unitária, que daria maior sentido a essas ideias de Wittgenstein? Apresentarei na próxima seção dois caminhos interpretativos discutidos por Putnam nos dois artigos de 1992 acima citados.

### 3 Apresentação e discussão da interpretação de Putnam

Segundo Putnam (cf. 1992b, p.148), no momento em que consideramos as ideias de Wittgenstein com mais cuidado, duas<sup>2</sup> interpretações parecem surgir:

1. O discurso religioso e o discurso não religioso são incomensuráveis;
2. A linguagem religiosa é somente emotiva ou expressiva;

Putnam tentará mostrar que, segundo Wittgenstein, a primeira interpretação, via incomensurabilidade, é inútil para compreendermos a linguagem religiosa e a segunda interpretação - que se relaciona com uma compreensão não-cognitiva da religião - está errada. Putnam reconhece que tal procedimento não resolve completamente o problema interpretativo das *Palestras*, pois é puramente negativo, ou seja, nos alerta como *não interpretar* a linguagem religiosa. Não obstante, se ele estiver correto, esse procedimento evita interpretações equivocadas do texto de Wittgenstein, além de lançar luz sobre o problema filosófico da linguagem religiosa. Passo agora a discutir cada uma das interpretações de forma mais detalhada.

Primeiramente, como foi dito, poderíamos pensar em uma espécie de incomensurabilidade, (*a la* Thomas Kuhn), entre o discurso empírico/cotidiano e o discurso religioso. Existem várias passagens nas *Palestras* nas quais Wittgenstein sustenta que a pessoa religiosa e a não-religiosa não contradizem uma a outra. Como faz Putnam (1992b, p. 150-151) podemos recorrer novamente ao já citado experimento mental de Wittgenstein no qual se imagina duas pessoas respondendo à questão “crês no juízo final?”, e uma das pessoas responde “sim, acredito” e a outra responde “talvez, possi-

---

<sup>2</sup> Na verdade Putnam fala de três interpretações. A terceira seria “Os termos religiosos não possuem referências reais”. Entendemos que essa interpretação possa ser incorporada à (2) *compreensão emotivista da religião*, pois ambas pressupõem o não-cognitívismo religioso, que neste caso é o ponto relevante.

velmente”. Na sequência deste exemplo, Wittgenstein diz que tais pessoas estão em *planos inteiramente diversos* e que uma quer dizer algo inteiramente diferente do que a outra estaria dizendo (*Palestras*, p.53). Em outras palavras, se a interpretação via incomensurabilidade for o caso, os mesmos termos possuiriam diferentes significados na linguagem religiosa e não religiosa e, por isso, quando um crente religioso diz “X é P” e o não religioso diz “X não é P”, eles não se contradizem, pois “é P” possuiria significados diferentes para cada um deles. Em resumo, a pessoa não-religiosa simplesmente não estaria compreendendo a sentença “haverá um juízo final” da mesma forma que a pessoa religiosa estaria.

Para Putnam (1992b, p.150) esta interpretação é inicialmente plausível, ainda mais se considerarmos o experimento mental de Wittgenstein em conexão com o famoso §43 das *Investigações Filosóficas* (IF) no qual lemos: “pode-se para uma *grande* classe de casos de utilização da palavra ‘significação’ – se não para *todos* os casos de sua utilização –, explicá-la assim: ‘a significação de uma palavra é seu uso na linguagem’” (IF, §43). Se ignorarmos os parênteses de Wittgenstein e atribuirmos ao filósofo a visão de que o significado pode sempre ser definido como uso, será natural interpretarmos os vários trechos das *Palestras* nos quais insistentemente a não contradição entre a linguagem religiosa e não religiosa é enfatizada, como diferentes usos de palavras e, devido a isso, possuindo diferentes significações.

Pois bem, apesar da plausibilidade da interpretação via incomensurabilidade, Putnam não a considera correta. Primeiramente, diz que a ideia de que as palavras dos religiosos e não religiosos significarem coisas diferentes, é proferida nas *Palestras* por um *interlocutor imaginário*, de forma similar ao que ocorre nas IF. Trechos posteriores das *Palestras* é que transmitiriam a posição original de Wittgenstein, servindo como uma espécie de objeção ao interlocutor. Um desses trechos referidos por Putnam é o seguinte: “a diferença [entre o religioso e o não religioso] poderia não se revelar absolutamente em qualquer explicação do significado” (*Palestras*, p.53). Putnam complementa dizendo que Wittgenstein é frequentemente acusado de simples e exclusivamente equacionar significado e uso. No entanto, no trecho em questão, seria o interlocutor a afirmar que as palavras “eu acredito no Dia do Juízo” possuem diferentes signi-

ficados para crentes e descrentes. A resposta do Wittgenstein *real* seria que “nós não usamos a palavra “significado” desta maneira, isto é, a diferença nestes dois usos não é algo que normalmente chamaríamos de uma diferença no significado” (PUTNAM, 1992b, p.151).

Outro argumento utilizado por Putnam para rejeitar a interpretação via incomensurabilidade baseia-se na seguinte passagem das *Palestras*:

Se o sr. Lewy for religioso e disser que acredita em um dia do Juízo, não saberei dizer sequer se o compreendo ou não. Li as mesmas coisas que ele. Num sentido dos mais relevantes sei o que ele quer dizer.

Se um ateu disser: “não haverá um Dia do Juízo”, e outra pessoa disser que haverá será que ambos querem dizer o mesmo? Não está claro que critério de significado é “o mesmo”. Poderiam descrever a mesma coisa. Vocês poderiam dizer que isso já mostra que querem dizer o mesmo. (*Palestras*, p.58)

É completamente plausível concluir que, em determinado sentido, um ateu ou agnóstico que leu e estudou os clássicos da literatura religiosa compreende as palavras do religioso. Por outro lado, segundo Wittgenstein, existiria um sentido no qual o não religioso estaria inclinado a dizer: “eu não sei se o compreendo ou não”. O ponto é que Wittgenstein estaria nos alertando de que falar de “significar o mesmo” e “não significar o mesmo” não nos auxilia no esclarecimento da linguagem religiosa se não soubermos o que, neste contexto, a palavra “mesmo” significa. Assim, de acordo com Putnam:

Desconsiderar a questão de saber se as palavras significam o mesmo [...] é precisamente desconsiderar a questão da incomensurabilidade. Que dois falantes não estão aptos para se comunicarem devido ao fato de suas palavras possuírem diferentes significados é, precisamente, a doutrina da incomensurabilidade. (PUTNAM, 1992b, p.152)

A rejeição de Putnam da interpretação via incomensurabilidade é decisiva? Ao que parece não. No que diz respeito ao seu primeiro argumento, é contraproducente e implausível colocar mais um ator em cena no texto das *Palestras*. Um *interlocutor imaginário* confunde ainda mais as coisas dentro de um material que é apenas uma junção de notas de alunos não revisadas por Wittgenstein. Além do mais, a sentença “a diferença [entre o religioso e o não religioso] poderia não se revelar absolutamente em

qualquer explicação do significado” (*Palestras*, p.53), pode ser interpretada, em favor da tese da incomensurabilidade. Poderíamos dizer que “explicação do significado” está sendo compreendido nesta sentença como “explicação tradicional do significado”, ou seja, palavras referem objetos e sentenças descrevem estados de coisas. Em outras palavras, Wittgenstein estaria dizendo que mesmo se o religioso e o não-religioso descrevessem aparentemente o mesmo estado de coisas, ainda assim permaneceria a possibilidade de não se entenderem, dado que poderiam *utilizar* a sentença a partir de regras completamente diferentes um do outro, e isso, no fim das contas, influencia na compreensão do *significado real* da sentença. Por fim, contrariamente ao que Putnam pensa, a citação utilizada por ele para corroborar seu segundo argumento reforça essa interpretação. Ao apontar estes problemas não concluímos que a interpretação via incomensurabilidade está correta, mas apenas que a refutação apresentada por Putnam não parece definitiva.

Passemos a outra interpretação discutida por Putnam. Ela se relaciona com uma compreensão não-cognitiva da religião. Para os propósitos deste texto é suficiente apresentarmos o cognitivismo e o não-cognitivismo religioso da seguinte forma: o não-cognitivismo nega que enunciados religiosos possam ser descrições verdadeiras do mundo, não por descreverem a realidade falsamente, mas sim porque tais enunciados não são passíveis de verdade ou falsidade. Enunciados religiosos estariam somente expressando atitudes não cognitivas, como desejos, emoções, comprometimentos pessoais com uma forma de vida religiosa, etc. O cognitivismo, por outro lado, é a negação do não-cognitivismo. Enunciados religiosos expressam proposições passíveis de verdade ou falsidade. É comum encontrarmos interpretações não-cognitivistas do texto de Wittgenstein. Glock, por exemplo, argumenta que um dos pontos principais da *teologia wittgensteiniana* é a natureza não descritiva e não cognitiva da religião:

Os enunciados religiosos não descrevem realidade de espécie alguma, empírica ou transcendente, e não erguem pretensões de conhecimento. Alguém que creia no Juízo Final não utilizará expressões como “tal coisa acontecerá” para fazer uma previsão, mas sim para expressar um compromisso com uma determinada “forma de vida”. (GLOCK, 1997, p.321)

Consequentemente, quando um religioso diz “X é P” e o não religioso diz “X não é P”, não existiria contradição entre eles, pois não estariam afirmando nada sobre a realidade, mas apenas expressando diferentes atitudes ou emoções. Putnam (1992b, p.152) inicia a rejeição desta interpretação a partir da seguinte passagem das *Palestras*:

Vamos supor que alguém antes de ir para China, e que talvez nunca mais pudesse voltar a ver-me, me dissesse: “Talvez nos veremos novamente depois da morte”. Diria eu necessariamente que não o compreendo? [...]

*Lewy*: “Nesse caso, você talvez quisesse dizer que ele *expressou uma certa atitude*”. Eu diria: Não, não é o mesmo que dizer “gosto muito de você”. E talvez não seja o mesmo que dizer qualquer outra coisa. Diz o que diz. Por que você estaria apto a substituir-lhe qualquer coisa que fosse? (*Palestras*, p.113)

Vemos na passagem que Wittgenstein claramente rejeita a proposta de Lewy de substituir a sentença “nos veremos após a morte” por um enunciado expressivo do tipo “gosto muito de você”. Se eu gosto muito de uma pessoa, posso expressar meu carinho de diversas formas, por exemplo, dizendo “não há ninguém como você” ou algo do tipo. Aqui existiria uma situação clara na qual poderíamos dizer que uma atitude está sendo expressa, digamos, a atitude de expressar meu carinho pela pessoa em questão. Mas e no caso religioso? Ao que parece, Wittgenstein estaria recusando aceitar que a linguagem apenas expressa uma atitude, quando não existe possibilidade de substituí-la por uma expressão explícita da assim chamada atitude. Segundo Putnam (1992b, p.153), devemos perceber que existe uma noção cotidiana do conceito “expressar atitudes” e o que Wittgenstein estaria fazendo é contrastar essa noção cotidiana com uma noção metafísica adotada pelos não-cognitivistas. Isso ocorre devido ao fato de Wittgenstein recusar-se a transformar a distinção entre dizer algo *descritivo* e algo *expressivo* em uma distinção metafísica. Tal distinção não faria nenhum sentido sem um conceito apropriado de “fato real” e, como é sabido, Wittgenstein sustenta que não temos este conceito, ao menos em sua filosofia posterior ao *Tractatus*.

De forma similar a outros autores (cf. SCHÖNBAUMSFELD, 2008, p.65) Putnam esclarece que a análise da linguagem religiosa feita por Wittgenstein, desfaz a

consideração de que, para o discurso religioso, apenas duas opções seriam possíveis: *descrever* (falsamente ou verdadeiramente) um aspecto da realidade, ou *expressar* atitudes da pessoa religiosa. Ao invés de rapidamente rotular a proposição religiosa em um desses âmbitos, é necessário identificar as várias descrições, intenções, expressões e ações que se seguem das narrativas e rituais relevantes na situação analisada. Dessa forma, o não-cognitivism, assim como a tese da incomensurabilidade, não nos auxiliaria na compreensão da linguagem religiosa.

#### 4 Considerações finais

O propósito deste artigo foi apresentar e comentar a exegese de Putnam das *Palestras sobre crença religiosa* de Wittgenstein. Como vimos, a interpretação de Putnam é negativa, no sentido de nos mostrar como *não compreender* a linguagem religiosa através das ideias wittgensteinianas contidas naquelas anotações. Dessa forma, foi considerada ociosa uma interpretação que considera o discurso religioso incomensurável com o discurso não religioso e equivocada uma interpretação *emotivista*, não-cognitivista, da linguagem religiosa. Como conclusão, poderíamos repetir a ideia de que, segundo Wittgenstein, compreender propriamente as palavras de uma pessoa religiosa (e de uma pessoa irreligiosa) é inseparável da compreensão de uma forma de vida religiosa (ou irreligiosa), e isto não é somente questão de uma teoria semântica, mas questão de compreender um ser humano.

#### 5 Referências

- ARRINGTON, R. L.; ADDIS, M. (org). *Wittgenstein on Philosophy of Religion*. London New York: Routledge, 2004.
- GLOCK, H.J. *Dicionário Wittgenstein*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- HARRIS, S.. *Carta a uma nação cristã*. Tradução: Isa Mara Lando. São Paulo: Cia das Letras, 2006.
- MARTIN, M.. *Wittgenstein's Lectures on Religious Belief*. In.: *Heythrop Journal* 32 (1991): 369-382
- PUTNAM, H. *Renewing Philosophy*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1992.
- \_\_\_\_\_.(1992a). 'Wittgenstein on Reference and Relativism'. In.: *Renewing Philosophy*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1992, p. 158-179.

\_\_\_\_\_.(1992b). 'Wittgenstein on Religious Belief'. In.: *Renewing Philosophy*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1992, p. 134-157.

SCHÖNBAUMSFELD, G. 'Worlds or Words Apart? Wittgenstein on understanding religious language'. In.: PRESTON, J. (edit) *Wittgenstein and Reason*. Malden: Blackwell Publishing, 2008.

VASILIOU, I. Wittgenstein, religious belief, and On Certainty. In.: ARRINGTON, R. L & ADDIS, M. (org). *Wittgenstein on Philosophy of Religion*. London New York: Routledge, 2004.

WITTGENSTEIN, L. (CV) *Cultura e Valor*. Tradução de Jorge Mendes. Lisboa: Edições 70, 1980.

\_\_\_\_\_. (IF) *Investigações Filosóficas*. In: Coleção os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1988.

\_\_\_\_\_. (IF) *Philosophical Investigations*, third edition, edited and translated by G. E. M. Anscombe. Oxford: Blackwell, 2001.

\_\_\_\_\_. (Palestras) *Lectures & Conversations on Aesthetics, Psychology and Religious Belief*. Editado por Cyril Barrett. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1966.